

Brazilian Journal of Development

Os institutos federais e a educação profissional: políticas públicas, ações afirmativas e inclusão social

Federal institutes and professional education: public policies, affirmative actions and social inclusion

DOI:10.34117/bjdv5n12-264

Recebimento dos originais: 15/11/2019

Aceitação para publicação: 18/12/2019

Antônio Soares Júnior da Silva

Pedagogo, psicopedagogo, mestrando em educação profissional e tecnológica – IFSul

Endereço: R. Gonçalves Chaves, 3218 - Centro, Pelotas - RS, 96015-560

E-mail: antoniojunioredu@yahoo.com.br

Patrícia Thoma Eltz

Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social – IFSul

Endereço: R. Gonçalves Chaves, 3218 - Centro, Pelotas - RS, 96015-560

E-mail: patriciaeltz@sapucaia.ifsul.edu.br

RESUMO

Este trabalho analisa a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifs, e as políticas públicas de ações afirmativas para inclusão social de grupos sociais historicamente marginalizados, tais como negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Para tanto, propomos uma pesquisa bibliográfica e análise da Lei 11.892/2008, da Lei nº 12.711/2012 e da Lei nº 13.409/2016 que criam os Institutos Federais e estabelecem a reserva de vagas nas instituições federais de nível médio e superior. Como aporte teórico, destacamos as contribuições de Campbell (2009), Pacheco (2010), Moura, Filho e Silva (2015), Saviani (2003), Frigotto (2015), dentre outros. Os resultados apontam para a expansão e interiorização dos Institutos Federais como uma forma de democratização do acesso à educação profissional de qualidade e para o compromisso da expansão com a política de desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Por sua vez, a Lei nº 12.711/2012 e a Lei nº 13.409/2016 vêm se constituindo como importantes ações afirmativas na inclusão de grupos historicamente excluídos, a saber, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Institutos Federais. Políticas Públicas. Ações afirmativas. Inclusão.

ABSTRACT

This paper analyzes the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology - IFS, and the public policies of affirmative actions for social inclusion of historically marginalized social groups, such as blacks, browns, indigenous people and people with disabilities. To this end, we propose a literature search and analysis of Law 11,892 / 2008, Law No. 12,711 / 2012 and Law No. 13,409 / 2016 that create the Federal Institutes and establish the reserve of vacancies in middle and higher level federal institutions. As a theoretical contribution, we highlight the contributions of Campbell (2009), Pacheco (2010),

Moura, Filho e Silva (2015), Saviani (2003), Frigotto (2015), among others. The results point to the expansion and internalization of the Federal Institutes as a way of democratizing access to quality vocational education and to the commitment of expansion to the local, regional and national socioeconomic development policy. In turn, Law No. 12,711 / 2012 and Law No. 13,409 / 2016 have been constituted as important affirmative actions in the inclusion of historically excluded groups, namely blacks, browns, indigenous people and people with disabilities.

Keywords: Federal Institutes. Public policy. Affirmative actions. Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, de cunho bibliográfico, visa analisar a política de expansão dos institutos federais e as ações afirmativas propostas pela Lei nº 12.711/2012 e pela Lei nº 13.409/2016. Desenvolvemos uma discussão sobre a inclusão mediada através dos institutos federais, apresentando dados quantitativos acerca das transformações políticas (dentro e fora da instituição) que subsidiaram o acesso de uma parcela da população excluída dos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, hoje denominados de Institutos Federais – Ifs. O que nos remete não apenas à mudança do nome da instituição, mas a uma mudança epistemológica acerca das bases conceituais da instituição, das políticas educacionais e da práxis pedagógica.

Como aporte teórico, utilizamos as contribuições de Campbell (2009), Pacheco (2010), Moura, Filho e Silva (2015), Saviani (2003), IFSUL (2009) além dos dados obtidos na plataforma Nilo Peçanha. Os resultados da pesquisa apontam para a ampliação do acesso das minorias nos Institutos Federais de Educação, levando em consideração as políticas de acesso desenvolvidas desde 2008, ano de sua criação.

Em um primeiro momento tratamos da inclusão social a partir da Educação Profissional e Tecnológica. No entendimento das políticas e ações afirmativas, analisamos as Leis nº 12.711/2012 e nº13.409/2016, seguida das considerações finais e das referências.

2. INCLUSÃO SOCIAL A PARTIR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: O EXEMPLO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os avanços na promoção e interiorização da educação profissional e tecnológica de qualidade verificados no país nos últimos anos permitiram que o acesso a essa modalidade educativa deixasse de ser demasiadamente excludente. Persistiu durante anos a contradição na oferta de ensino profissional público (Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET) gratuito para as elites. Na contramão dessa oferta, as classes populares de trabalhadores ou

de filhos de trabalhadores ficavam a margem dessa oferta. As possibilidades eram restritas, principalmente vinculadas a curso de curta duração, ofertados pelas Secretarias Estaduais de Educação ou pelo Sistema S, muitas vezes financiadas pelo próprio trabalhador.

De modo geral, os pesquisadores entendem que a formação dos institutos federais, cuja existência se concretiza a partir da Lei 11.892/2008, deu nova institucionalidade à educação profissional (FRIGOTTO, 2015; ARAÚJO; HYPOLITO, 2010; SANTOS, 2015). Isso se deve

ao fato de que a os Ifs materializaram uma nova forma de pensar a educação profissional, constituindo-se de uma visão educativa baseada na inclusão, no acesso e permanência da classe trabalhadora a uma educação de qualidade que rompesse com a tradicional divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Essa nova institucionalidade dar-se não apenas do ponto de vista pedagógico ou das concepções de trabalho e formação, mas também no que se refere ao caráter político dessa nova institucionalidade que se constitui a partir de uma política de acesso e expansão. Nesse sentido, o processo de expansão é também um processo de inclusão, que visava alcançar as regiões do país ainda não alcançadas, promovendo o acesso à educação de qualidade àqueles que outrora não tinham acesso.

Segundo dados do MEC, a Rede Federal conta com 661 unidades, por sua vez, administradas por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais (CEFETs), 22 escolas técnicas ligadas às Universidades Federais, o Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Em pouco mais de uma década e meia a Rede Federal (de 2003 a 2019), a quantidade de instituições da rede quase quadruplicou, passando de 140 instituições em 2002, para 354 em 2010, para 562 em 2014, chegando em 2019 com 661 unidades.

Por sua vez, Moura, Filho e Silva (2015, p. 1074) discorrem que a expansão dos institutos federais traz consigo a sua interiorização, proporcionando oportunidades a estudantes de diversas partes do país, não apenas dos centros urbanos, como outrora se localizava. Nas suas palavras, essa expansão aponta para

a presença do Estado brasileiro por meio de instituições reconhecidas como de qualidade nas periferias das capitais e em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Isso significa a ampliação das possibilidades de muitos brasileiros terem acesso a uma educação de qualidade, posto que, atualmente, são poucas as redes estaduais com condições

para garantir esse direito à população, apesar de ser responsabilidade dos estados a universalização do acesso ao ensino médio (MOURA; FILHO; FILHO, 2015, p. 1074)

O aprofundamento das discussões nos anos 2000 sobre os problemas de formação no e para o mundo do trabalho produziram esforços no sentido de se pensar uma política pública séria, nacional eficiente capaz de democratizar o ensino, proporcionando oportunidades de acesso, de muitos brasileiros e brasileiras, a educação profissional e tecnológica. É nesse contexto que a Lei nº 11.892/2008 é aprovada, criando uma nova institucionalidade para a educação profissional, com foco no “ensino público gratuito, democrático e de excelência” (PACHECO, 2010, p. 14), ensino comprometido com o desenvolvimento local, com a inclusão social e com a superação das dicotomias tradicionalmente atribuídas a educação no Brasil, uma educação calssista centrada numa escola para pobres e uma escola para ricos, trabalho manual e trabalho intelectual, formação técnica e formação científica.

Nesse novo cenário-revolução na Educação Profissional e Tecnológica - em razão das ações para implementar a proposta num país continental, novos debates passam permear as discussões sobre as possibilidades de acesso e permanência nas instituições outrora criadas.

Nesse sentido, Dall'alba (2016 p. 40) “a pesquisa nos Institutos Federais busca dar maior visibilidade e análise crítica da educação profissional no país”. Ainda sobre o crescimento e expansão dos Institutos, a pesquisadora evidencia que

Há que se considerar que esse novo cenário proposto pelas novas políticas públicas para educação profissional e tecnológica, por meio da implantação dos Institutos Federais ainda é muito novo. Daí a importância de uma análise atenta, reflexiva e crítica na materialização do que se propõem atingir para ser uma nova realidade no âmbito da educação profissional no Brasil (DALL'ALBA 2016 p. 42).

É preciso fortalecer e garantir a efetividade da relevância social das instituições educativas transformadoras – como presencia-se nos Institutos Federais. Especialmente agora que presenciamos um declínio da participação democrática – estabelecer análises reflexivas sobre os sucessos, dificuldades e possibilidades são essenciais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Destarte, torna-se necessário que a sociedade assuma o lugar como guardião dos fundamentos, parâmetros, finalidades e objetivos primordiais que estabelecem a natureza socioeducativa de transformação social dos Institutos Federais. Dentre eles podemos destacar alguns de acordo com a Lei 11.892/2008:

Ofertar educação profissional e tecnológica com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolver soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; estimular o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; realizar e estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológica; promover preservação do meio ambiente; realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade (BRASIL 2008).

Em face da crescente e rápida expansão outras questões como inclusão, acessibilidade, acesso e permanência merecem estudo e pesquisa. Nesse sentido, dados atuais da Plataforma Nilo Peçanha do presente ano traz um dado instigante sobre a relação entre acesso e permanência. Dos 373.916 ingressantes apenas 182.671 alunos e alunas concluíram os estudos. Sendo assim, entender as questões que norteiam as possibilidades de acesso e a garantia de permanência são pressupostos que precisam ser investigados. Em vista disso, no tópico a seguir, discutiremos políticas afirmativas para o acesso e permanência da população mais vulnerável economicamente aos Institutos Federais.

3. POLÍTICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS: DA LEI Nº 12.711/2012 À LEI Nº 13.409/2016

As políticas públicas de ação afirmativa para a inclusão de estudantes mais vulneráveis, tanto no Ensino Superior como nas instituições federais de nível médio, devem ser compreendidas como um mecanismo de disposição do Estado frente à noção de justiça social, de modo que se possa, pelo menos parcialmente, combater injustiças socioculturais sofridas por grupos sociais que historicamente foram excluídos do processo educacional. Nesse sentido, a política de cotas está alicerçada no conceito base do Estado Moderno, o bem-estar social. (BATISTA, 2018).

Em vista disso, pode-se dizer que as políticas de ações afirmativas se colocam como um dispositivo frente a desigualdade material, tendo em vista que do ponto de vista formal, todos são iguais perante a lei. Nesse contexto, a Lei nº 12.711/2012 e a Lei nº 13.409/2016 podem ser compreendidas como uma tentativa formal de combater a desigualdade material. Vale salientar que quando se fala de igualdade material, estamos falando de situações concretas, acesso e permanência na escola, acesso ao ensino superior, acessibilidade urbana, inclusão.

O compromisso com a transformação social exige também o estudo da materialização das ações das políticas públicas e a resposta efetiva a sociedade. Nesse sentido, a disparidade entre a igualdade formal e igualdade material deve ser combatida, de modo que a justiça social se efetive de fato. Vale salientar, que tivemos alguns avanços no que se refere ao acesso das classes historicamente marginalizados e, em especial, de trabalhadores e trabalhadoras, seus filhos e filhas. É preciso compreender não só as possibilidades de acesso proporcionadas pela Lei nº 12.711/2012 e pela Lei nº 13.409/2016, mas também as condições de permanência.

A Lei nº 12.711/2012 trata da reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tais como os IFs, os CEFETs, dentre outras. Endossando essa perspectiva, Brito Filho (2014, p. 123) escreve que a Lei nº 12.711/2012 pode ser compreendida como “uma ação que tem por objetivo a distribuição mais igualitária de um bem importante, que é a educação, tanto no nível superior como no nível médio, nesse caso, nas instituições de ensino técnico”. Ela traz consigo o ideal de justiça social caro ao Estado Democrático de Direito.

Vale salientar, que a inserção das instituições de ensino federal nas ações afirmativas desta lei deu-se apenas em 2016, com a aprovação da Lei nº 13.409/2016 que além de destinar 50% das vagas a alunos de escola pública nas instituições federais de nível médio, aprofunda o seu alcance ao determinar que as vagas deverão ser distribuídas por curso por candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência proporcionalmente à população dos mesmos dentro de cada estado, evidentemente, de acordo com os dados do último censo do IBGE. Segue abaixo o art. 1º da Lei nº 12.711/2012 que estabelece as cotas para alunos de escola pública cuja renda per capita seja igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e o art. 3º cuja redação foi dada pela Lei nº 13.409/2016 que estabelece os demais critérios para distribuição das vagas:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. [...].

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016)

As materialidades supracitadas apontam para os critérios diferenciadores utilizados na distribuição das vagas, o primeiro e maior dele é o critério econômico, portanto, estamos tratando de reservas socioeconômicas em que 50% das vagas seriam destinadas a alunos de escola pública cuja renda per capita não ultrapasse um salário mínimo e meio. Com a aprovação da Lei nº 13.409, de 2016 outros critérios diferenciadores passam a constituir parte da lei, segundo a redação do art. 3º, o percentual de 50% das vagas já destinadas a candidatos vulneráveis devem ser distribuídas por curso e turno a candidatos declarados pretos, pardos, indígenas e candidatos com deficiência de acordo com os dados do último censo realizado pelo IBGE.

Portanto, pode-se dizer que o critério utilizado para a distribuição das vagas reservadas é socioeconômico, levando em consideração não apenas a renda per capita, mas também a autodeclaração de candidatos pertencentes a grupos historicamente excluídos na sociedade, como negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. À vista disso, os Institutos Federais têm cumprido papel importante na inclusão de grupos vulneráveis socialmente e historicamente excluídos, tanto no que se refere à sua interiorização, como no que se refere a política de inclusão e ações afirmativas proporcionadas pela Lei nº 12.711/2012 à Lei nº 13.409/2016.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs a análise da política de expansão dos institutos federais criados pela Lei 11892/2008 e das ações afirmativas propostas pela Lei nº 12.711/2012 e pela Lei nº 13.409/2016 que possibilitaram a inclusão de grupos historicamente excluídos na sociedade. Os dados coletados apontam para a criação de uma Rede Federal de Educação cujo principal expoente são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifs criados em 2008, um marco no processo de democratização do acesso ao ensino técnico de nível médio, principalmente, pelo processo de expansão e interiorização, que permitiu o acesso de

estudantes em diversas partes do país, não apenas nos centros urbanos, como outrora se localizavam os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.

A nova institucionalidade dada pela Lei 11892/2008 coloca as instituições federais de educação profissional numa política de expansão centrada no desenvolvimento local, regional e nacional, trazendo à baila a sua importância para o desenvolvimento para além dos centros urbanos e capitais. Por sua vez, a Lei nº 12.711/2012 a e Lei nº 13.409/2016 constituem-se como políticas de ações afirmativas que tentam suprir a lacuna existente entre a igualdade formal, prevista na constituição, e a igualdade material e/ou substancial ainda bastante frágil na vida prática. Isso significa dizer que, embora todos sejam iguais perante a lei, nas práticas sociais diversos direitos foram negados a grupos historicamente marginalizados, seja pela diferenciação étnica, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência física etc.

Portanto, a reserva de vagas previstas, garantidas pela Lei nº 12.711/2012 a e Lei nº 13.409/2016 e a interiorização dos institutos federais fazem jus aos ideais de justiça social e bem-estar social ao Estado Democrático de Direito. Tais políticas estão fundadas na Constituição de 1988 e estão centradas na promoção do combate à pobreza e à desigualdade social previstos no inciso III do art. 3º da Carta Magna que elenca como objetivo da República Federativa do Brasil “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jair Jonko; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Inovações e Continuidades**. ANPED: 2010, p. 1-13. Disponível em <www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/.../GT05-6449--Res.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2019.

BATISTA, N. C. Cotas para o Acesso de Egressos de Escolas Publicas na Educacao superior. **Revista Pro.posicoes**. 2018. V.29, N.3. Set./Dez. Disponivel em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/188761>. Acesso em 07 de julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008a.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Ações afirmativas**. 3. ed. São Paulo; LTr, 2014. CAMPBELL, S. I. **Múltiplas Faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: Wark Ed., 2009. DALL'ALBA, Jacira. **Inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: contribuições do NAPNE do IFAM – Campus Manaus Leste**, 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) Instituto Federal do Amazonas – IFAM, Manaus/ AM, 2016.

FRIGOTTO, G. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: gênese e indeterminação da identidade e campo de disputas. In FRIGOTTO, G. (coord.geral). **Ofertas formativas e características regionais: A Educação Básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro**. Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ em julho de 2015, pp. 85-99

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE – IFSUL. **Projeto Pedagógico Institucional**. (2016). Disponível: <http://www.ifsul.edu.br/images/documentos/projeto_pedagogico_institucional

_____.p
df>. Acesso em 07 de março de 2019.

PACHECO, Eliezer. **OS INSTITUTOS FEDERAIS: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: Editora IFRN, 2010.

SANTOS, J.A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quais são as perspectivas para a nova territorialidade e para a nova institucionalidade? In FRIGOTTO, G. (coord.geral). **Ofertas formativas e características regionais: A Educação Básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro**. Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ em julho de 2015, pp. 100-112.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 19. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2003.